

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação de nossos acionistas, clientes, fornecedores e à sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da BCBF Participações Financeiras S.A. referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2016 foi marcado por um reduzido nível da atividade econômica, com queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,6%. Com isso, o nível de desemprego medido pelo IBGE atingiu nível recorde, afetando 12% da população economicamente ativa (PEA) em dezembro de 2016. Por consequência, o mercado de planos de saúde particulares apresentou uma queda de 1,7 milhões de vidas conforme a ANS. Não obstante o cenário extremamente adverso, busamos constantemente perseguir nossa estratégia de aprimorar os serviços médico-hospitalares com contínuos investimentos em nossa rede própria de hospitais, pronto-socorros e centros clínicos, o que nos permitiu, durante o ano de 2016, expandir o número de membros dos nossos planos de saúde (+250 mil) e dental (+416 mil). **2. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO**
A receita cresceu 38,4% no período, passando de R\$ 3,084 bilhões em 2015 para R\$ 4,269 bilhões em 2016, tendo alcançado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de negócios: planos de saúde, planos odontológicos e receita com venda de serviços médico-hospitalares para outros planos de saúde. Contribuíram para o crescimento as aquisições de (i) Santamália Saúde S.A., adquirida em novembro de 2015, com 2 hospitais na cidade de São Paulo e aproximadamente 240 mil beneficiários de planos de saúde e (ii) o Family Hospital S/S Ltda., adquirido em dezembro de 2015, com uma unidade hospitalar na região metropolitana de São Paulo. O custo de sinistro representou 70,9% da receita líquida no exercício, versus 71,2% em 2015. O controle do custo tem, como principal alavanca, nossa estratégia de verticalização, onde com a aquisição dos hospitais, passamos a ter um melhor controle da cadeia na prestação de serviços médicos aos nossos beneficiários, bem como terceiros. As despesas de comercialização e administrativas foram de 15,7% da receita em 2016 em linha com o ano anterior, fruto de uma busca constante por aumento de produtividade. A produtividade se traduz em ganho de escala conforme crescemos nosso negócio e adquirimos novas empresas com significativos ganhos de sinergia. O lucro líquido atingiu R\$ 193,86 milhões, um acréscimo de R\$ 33,5 milhões em relação ao ano anterior. Durante o exercício, a Companhia realizou a amortização de R\$ 237,4 milhões, gerando o aproveitamento de créditos fiscais no montante de R\$ 80,7 milhões.

3. INVESTIMENTOS

Em 2016, o Grupo Notre Dame Intermédica manteve o ritmo de investimentos através da aquisição dos seguintes ativos e carteiras: Em 23 de setembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra da carteira de 57 mil usuários, 1 hospital, 5 centros clínicos e 2 unidades de pronto atendimento 24 horas da Operadora de plano de saúde Unimed ABC, cujos resultados passaram a ser consolidados em nossas demonstrações financeiras a partir de Dezembro de 2016 e incorporação do CADE e ANS. Em 27 de Dezembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra da Tijuca Serviços de Assistência Médica - Cirúrgica Infantil Ltda. (Hospital SAMCI), localizado na capital do Rio de Janeiro no Bairro da Tijuca, possuindo capacidade para 80 leitos sendo 17 em UTI pediátrico oferecendo internação clínica e cirúrgica, além de possuir ambulatório e Pronto Atendimento 24 horas, consultas eletivas em diversas especialidades, exames e serviços de suporte diagnóstico, cujos resultados passaram a ser consolidados nas nossas demonstrações financeiras a partir de Março de 2017 com o fechamento definitivo da operação. Em 23 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou contrato de compra de dois hospitais: o Hospital São Bernardo e o Hospital Baeta Neves. O São Bernardo é um hospital geral com pronto-socorro, e o Baeta Neves é um hospital pediátrico com pronto-socorro, ambos localizados na cidade de São Bernardo do Campo - SP. Com isso, o CAPEX atingiu R\$ 199,2 milhões em 2016. Para os próximos anos, o Grupo Notre Dame Intermédica pretende manter o seu plano de expansão.

4. DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

O lucro líquido do exercício de 2016 será destinado a constituição de reservas estatutárias e reinvestimento para o plano de crescimento.

5. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em 2016, a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seus auditores independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse, e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

São Paulo, 31 de março de 2017

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante		8.945	4.602	1.048.431	913.721
Disponível		221	74	30.538	18.284
Realizável		8.724	4.528	1.017.893	895.437
Aplicações financeiras	5	-	-	636.760	613.795
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		-	-	460.002	252.258
Aplicações livres		-	-	176.758	361.537
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	-	-	109.842	89.005
Contraprestações pecuniárias a receber		-	-	98.292	88.512
Operadoras de planos de assistência à saúde		-	-	11.550	493
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	6	-	-	61.115	39.336
Despesas diferidas	7	-	-	39.653	38.810
Créditos tributários e previdenciários	8	8.724	4.528	34.632	26.256
Bens e títulos a receber	10	-	-	130.322	86.318
Despesas antecipadas		-	-	5.569	1.917
Não circulante		1.138.791	964.209	1.644.913	1.363.743
Realizável a longo prazo		118	118	925.340	808.582
Aplicações financeiras		-	-	24.771	-
Aplicações livres		-	-	24.771	-
Títulos e créditos a receber	11	-	-	14.577	13.166
Despesas de comercialização diferidas	7	-	-	58.001	-
Ativo fiscal diferido	9	-	-	515.608	548.914
Depósitos judiciais e fiscais	19	-	-	209.425	176.357
Outros créditos a receber a longo prazo	12	118	118	102.958	70.145
Investimentos	13	1.138.673	964.091	-	-
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		1.138.673	964.091	-	-
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde		1.138.531	963.898	-	-
Outros investimentos		142	193	-	-
Imobilizado	14	-	-	409.931	292.184
Imóveis de uso próprio		-	-	181.896	145.172
Imóveis de uso próprio - hospitalares		-	-	180.985	144.689
Imóveis de uso próprio - não hospitalares		-	-	911	483
Imobilizado de uso próprio		-	-	76.329	74.998
Hospitalares		-	-	55.606	43.172
Não hospitalares		-	-	20.723	31.826
Imobilizações em curso		-	-	132.315	42.107
Outras imobilizações		-	-	19.391	29.907
Hospitalares		-	-	8.077	26.046
Não hospitalares		-	-	11.314	3.861
Intangível	15	-	-	309.642	262.977
Total do ativo		1.147.736	968.811	2.693.344	2.277.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	-	-	3.894.168	2.852.495
Receitas com operações de assistência à saúde	-	-	3.981.623	2.932.243
Contraprestações líquidas	-	-	3.981.527	2.932.474
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-	96	(231)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	-	-	(87.455)	(79.748)
Eventos indenizáveis líquidos	21	-	(2.895.901)	(2.089.835)
Eventos conhecidos ou avisados	-	-	(2.880.265)	(2.106.069)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	-	-	(15.636)	16.234
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	-	-	998.267	762.660
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	-	-	4.272	572
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	-	-	287.721	148.149
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	-	-	262.831	145.192
Outras receitas operacionais	-	-	24.890	2.957
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	-	(17.269)	(13.155)
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde	-	-	(148.861)	(90.492)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	22	-	(198.974)	(90.092)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	-	-	(2)	(42)
Provisão para perdas sobre créditos	-	-	50.115	(358)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	-	-	(73.961)	(46.618)
Resultado bruto	-	-	1.046.469	764.814
Despesas de comercialização	23	-	(173.564)	(115.324)
Despesas administrativas	24	(5.676)	(4.016)	(498.760)
Resultado financeiro líquido	-	-	(63.403)	(49.239)
Receitas financeiras	25	475	42	119.997
Despesas financeiras	25	(63.878)	(62.522)	(169.236)
Resultado patrimonial	-	-	262.945	(2.516)
Resultado da equivalência patrimonial	13	262.945	226.580	-
Receita em investimentos	-	-	187	187
Despesas patrimoniais	-	-	60	129
Despesas patrimoniais	-	-	(2.576)	(1.129)
Resultado antes dos impostos e participações	-	-	193.866	160.271
Imposto de renda	26	-	(35.552)	(26.030)
Contribuição social	26	-	(12.936)	(10.695)
Impostos diferidos	26	-	(79.850)	(79.651)
Participação sobre o lucro	-	-	(186)	(810)
Lucro líquido do exercício	-	-	193.866	160.271
Quantidade de ações	20.a	1.213.080.353	1.213.080.353	1.213.080.353
Lucro líquido por ação do exercício - R\$		0,16	0,13	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	193.866	160.271	193.866	160.271
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício líquido de impostos	193.866	160.271	193.866	160.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

Notas	Reservas de lucros				Resultado do exercício	Total
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	1.213.080	(780.234)	-	-	(31.969)	400.877
Varição resultado - data-base com data incorporação	20.b	2.396	-	-	14.347	2.396
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	20.c	-	6.138	-	(6.138)	-
Reserva estatutária	20.c	-	-	122.164	(122.164)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	1.213.080	(777.838)	6.138	122.164	-	563.544
Varição resultado - data-base com data incorporação	20.b	14.347	-	-	14.347	14.347
Ajuste exercícios anteriores	20.d	-	-	-	(1.219)	(1.219)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	193.866	193.866
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	20.c	-	9.632	-	(9.632)	-
Reserva estatutária	20.c	-	-	183.015	(183.015)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.213.080	(763.491)	15.770	305.179	-	770.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Operação
A BCBF Participações S.A. (doravante denominada por "Companhia" ou "BCBF") empresa controlada pela BCBH Participações S.A. ("BCBH"), controladora das empresas do Grupo Notre Dame Intermédica composta pelas empresas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867 - Bairro Bela Vista, Estado de São Paulo, Family Hospital Ltda., localizada na Rua João Santucci, 250 e 270 - Vila Santa Luiza, Taboão da Serra - SP e Águia Blue Transporte de Água Ltda. - EPP, localizada na Rua Engenheiro Caetano Álvares, 4256 - Mirim, São Paulo - SP. As controladas são entidades de capital fechado e tem por objetivos a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares e participações.

b) Reorganização societária
Em 2016 e 2015 o Grupo Notre Dame Intermédica tem avançado na reestruturação societária incorporando as seguintes empresas:
I. Incorporação da Notre Dame pela Intermédica
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2015, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Notre Dame Seguradora S.A. com base em laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado com base nos livros contábeis com data-base de 28 de fevereiro de 2015, o qual foi emitido em 31 de março de 2015 por empresa independente.

O referido processo de incorporação da Notre Dame pela Intermédica foi submetida a apreciação da ANS em 9 de abril de 2015 e aprovado em 30 de abril de 2015 conforme ofício nº 129/2015/DIOPE(ASSNT)/ANS, com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

O capital da Intermédica totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 405.699, divididos em 322.259.673 ações ordinárias distribuídas entre os acionistas, em 317.465.489 ações pertencentes a BCBF, equivalente a uma participação de 98,51232% e a 794.184 ações pertencentes a Notre Dame, equivalente a uma participação de 1,48768%. Após a incorporação, as ações pertencentes a Notre Dame foram distribuídas diretamente a BCBF.

Em virtude da incorporação da Notre Dame pela Intermédica a consolidação das contas patrimoniais da Notre Dame foi em 31 de março de 2015 e o resultado em janeiro e fevereiro de 2015, uma vez que a BCBF detinha o controle até 28 de fevereiro de 2015.

O balanço objeto da incorporação da Notre Dame teve como data-base 28 de fevereiro de 2015, com um acervo líquido de R\$ 216.211 que foi revertido integralmente na Intermédica com aumento de capital.

O acervo líquido da empresa Notre Dame, incorporada pela Intermédica, teve a seguinte composição:

Acervo líquido incorporado

Ativo	
Circulante	
Disponibilidades	4.561
Aplicações financeiras	162.289
Contraprestações pecuniárias/prêmios a receber	38.277
Despesas diferidas	2.139
Créditos tributários e previdenciários	25.351
Bens e títulos a receber	860
Total do ativo circulante	233.477
Não circulante	
Realizável a longo prazo	91.801
Investimentos	59.942
Participação societária - operadora de planos de assistência à saúde	7.880
Outros investimentos - propriedades para investimentos	52.062
Imobilizado	2.851
Intangível	121
Total ativo não circulante	154.715
Total do ativo	388.192
Passivo	
Circulante	
Provisão técnica de operações de assistência à saúde	126.275
Comercialização de operações	2.120
Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.615
Tributos e encargos sociais a recolher	3.293
Débitos diversos	14.731
Total do passivo circulante	163.034
Passivo não circulante	
Provisões para ações judiciais	3.735
Provisões para tributos diferidos	5.127
Débitos diversos	85
Total passivo não circulante	8.947
Total passivo	171.981
Total do acervo líquido	216.211

II. Incorporação da Interodonto - Sistema de Saúde Odontológico Ltda.
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2016 foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação, celebrado entre a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e Interodonto Sistema de Saúde Odontológico Ltda., tendo em vista que ambas as empresas pertencem ao Grupo Notre Dame e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado com base nos livros contábeis com data-base em 29 de fevereiro de 2016 foi emitido em 29 de março de 2016 por empresa independente.

O referido processo de incorporação da Interodonto pela Intermédica foi submetida a apreciação da ANS em 08 de abril de 2016 e aprovado em 13 de maio de 2016 conforme ofício nº 199/2016/DIOPE(ASSNT)/ANS.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Vencimentos	Consolidado			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo
Valor justo por meio do rescaldo				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	11.388	171.868	183.256	179.014
Certificado Depósitos Bancários - CDB (ii)	2.846	3.108	3.954	64.528
Operações compromissadas (iii)	-	-	246.209	297.498
Fundo de renda fixa abertos (iv)	2	-	97.927	97.927
Fundo Cambial (v)	2	-	6	1.968
Outros títulos de renda fixa	82.113	235.276	344.142	661.531
Total	97.153	240.252	358.810	613.795

(i) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
(ii) Emissões: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander.
(iii) Operações compromissadas lastreadas com debêntures com os seguintes emissores: Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco do Brasil.
(iv) Os fundos são administrados pelo Itaú Asset Management e Bradesco Asset Management.
(v) As aplicações com remuneração diária vinculada ao CDI e Selic com vencimentos variáveis até março de 2021. Essas aplicações estão classificadas no ativo circulante, independentemente de seu vencimento em virtude de estarem classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

13. INVESTIMENTOS
a) Participações societárias

Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Quantidade de Ações/Quotas	Percentual de participação	Dividendos e Juros sobre Capital Pagos nos períodos de 2016 e 2015	Resultado de equivalência patrimonial 2016 e 2015	Controladora
Empresas Investidas							
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	763.355	1.178.167	263.625	532.685.880	100,0000%	(101.796)	(54.345)
Interodonto Sistema de Saúde Odontológica Ltda. (i)	-	-	-	-	-	7.406	20.179
Acqua Blue Transporte de Água Ltda.	60	142	(23)	60.000	99,9983%	(23)	142
Acqua Magna Lavanderia Ltda.	-	-	(334)	375.000	99,9997%	(334)	(102)
Notre Dame Seguradora S.A. (ii)	-	-	-	-	-	-	9.916
Total	763.415	1.178.309	263.268	-	-	(101.796)	(68.700)

(i) O valor de R\$7.406 refere-se ao resultado de equivalência patrimonial relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2016, da investida Interodonto, incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 31 de março de 2016.
(ii) O valor de R\$9.916 refere-se ao resultado de equivalência patrimonial relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2015, da investida Notre Dame, incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 31 de março de 2015.

14. IMOBILIZADO

Terrenos e Imóveis	Veículos	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de computação	Total de uso próprio	Imobilizações em curso	Outras imobilizações	Total imobilizado
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	145.171	701	2.120	28.634	7.561	6.284	220.170	42.107	29.907
Aquisições	93.425	64	412	14.279	7.268	2.870	118.619	37.102	6.055
Baixas	-	-	-	(2.183)	(402)	(3)	(2.588)	(133)	11
Mais valia	1.367	(28)	143	687	307	-	2.476	-	2.476
Reclassificação	(53.391)	-	4	1.988	(207)	343	(51.263)	53.252	(1.917)
Depreciações	(4.676)	(170)	(228)	(17.637)	(2.419)	(4.059)	(29.189)	(13)	(14.665)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	181.896	567	2.451	25.768	42.108	5.435	258.225	132.315	19.391
Custo de aquisição	159.583	1.856	6.134	74.812	63.103	27.574	333.062	132.315	113.158
Atribuição de valor justo	46.674	(28)	143	12.121	307	-	59.517	-	59.517
Depreciações acumuladas	(24.661)	(1.261)	(3.826)	(61.165)	(21.302)	(22.139)	(134.354)	(93.767)	(228.121)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	181.896	567	2.451	25.768	42.108	5.435	258.225	132.315	19.391
Taxa anual de depreciação (%)	4%	20%	10%	10%	10%	20%	-	20%	-

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil-econômica para os itens apresentados no grupo de ativo imobilizado.

15. INTANGÍVEL

Aquisição	Sistema de aquisição de plano saúde	Agio na aquisição de empresas	Ativos intangíveis	Agio na aquisição de ativos (ii)	Outros intangíveis (i)	Total
1.186	8.216	198.452	42.518	-	12.605	262.977
21.892	7.175	-	-	71.475	-	100.542
18.923	(75)	-	(18.920)	-	-	(72)
-	-	(2.055)	-	-	-	(2.055)
-	-	(41.443)	-	-	-	(41.443)
(3.965)	(2.231)	-	(4.111)	-	-	(10.307)
38.036	13.085	154.954	19.487	71.475	12.605	309.642
53.175	35.756	154.954	23.598	71.475	25.149	364.107
(15.139)	(22.671)	-	(4.111)	-	(12.544)	(54.465)
38.036	13.085	154.954	19.487	71.475	12.605	309.642

(i) Referem-se ao agio fundamentado na geração de lucros futuros pagos na aquisição de investimentos das empresas (Medicamp, RH Vida e Norclínica) que foram posteriormente incorporadas. Até 31 de dezembro de 2008, esses valores eram amortizados linearmente pelo prazo de 5 anos. A partir dessa data, passaram a ser avaliados somente por testes de recuperabilidade (impairment).
(ii) Refere-se ao agio fundamentado na geração de benefício econômico futuro na aquisição de ativos da Unimed ABC.
16. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
a) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Saldo no início do período	323.493	220.202
Saldo adquirido (Grupo Santamália)	-	23.117
Avisos, recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	2.949.966	2.130.238
Coparticipação	(73.111)	(24.169)
Gastos com rede própria classificada em eventos	(536.181)	(486.332)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(2.229.900)	(1.539.563)
Saldo no final do período	434.267	323.493

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS dos gastos incorridos no atendimento a usuários de planos de saúde quando da utilização da rede pública. A controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. está constituindo esta cobrança por meio de seus advogados, inclusive a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS. Para esta demanda, a controlada efetuou depósitos judiciais conforme descrito na nota explicativa nº 19.4.
b) Variações das provisões técnicas:

	2016	2015
Saldo no início do período	108.231	20.216
Saldo adquirido (Grupo Santamália)	42.665	13.316
Variações das provisões no período	(15.665)	5.202
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.231	38.734
Variações das provisões no exercício	16.215	6.343
Saldo em 31 de dezembro de 2016	151.446	45.077

(i) - Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA, classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados à Operadora. (ii) - Provisão de prêmios e contraprestações não ganha - PPCNG, classificadas no passivo circulante, são receitas pertencentes a períodos de cobertura de meses posteriores.
(iii) - Provisão para remissão, classificado no passivo circulante e não circulante, referente as provisões para fazerem face às isenções de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.
17. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2016	2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	42	412
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	17.488	2.344
Imposto sobre serviços (ISS)	16.560	29.154
Contribuição previdenciária	14.526	3.000
FGTS	12.965	3.500
PIS e COFINS	1.238	9.457
Contribuições sindicais e assistenciais	62.777	47.455
Parcelamento de tributos e contribuições	(18.283)	(60.884)
Outros	109.842	89.005
Total	61.115	39.336

Impostos devidos a recolher
Imposto de renda - funcionários
Imposto de renda - terceiros
Imposto sobre serviços
Contribuição previdenciária retida
Retenção PIS/COFINS/CSLL
Outros impostos retidos
Impostos retidos a recolher
Tributos e encargos a recolher
18. DÉBITOS DIVERSOS

	2016	2015
Obrigações trabalhistas	81.296	90.082
Fornecedores	46.934	53.574
Depósito de terceiros	7.862	3.041
Ratêio corporativo	9.500	7.080
Recebimento antecipado cliente	6.274	8.160
Débitos diversos	2.332	8.502
Obrigações contratuais (a)	48.924	-
Total circulante	193.622	168.909
Obrigações contratuais (a)	48.161	16.797
Outros	58.171	3.650
Total não circulante	106.332	20.447

(a) Obrigações contratuais
Refere-se à aquisição do Grupo Santamália, Family Hospital SS Ltda. e aquisição de ativos da Unimed ABC, para as quais a Operadora assumiu obrigações contratuais, como segue:
Grupo Santamália (i)
Family Hospital (ii)
Medtour (iii)
Unimed ABC (iii)

(i) Obrigação atualizada pela taxa CDI;
(ii) Aquisição de edifício situado em Guarulhos, sendo esta obrigação atualizada pela taxa IGPM;
(iii) Refere-se a obrigações contratuais pela aquisição de ativos para as quais a Operadora mantém aplicações financeiras no montante de R\$ 49.542 (R\$ 24.771 no circulante e R\$ 24.771 no não circulante), que estão vinculados ao pagamento da obrigação contratual.
19. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS E DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS
Durante o curso normal de seus negócios, as empresas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

	31 de dezembro de 2015	Principal/reversão	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2016
1. Fiscais	103.458	(12.597)	-	4.520	95.381
1.1. ISS - Município de São Paulo	36.981	-	-	2.733	39.714
1.2. ISS - Município de Campinas	11.324	-	-	837	12.161
1.3. ISS - Município de Santo André	42	-	-	3	45
1.4. INSS novo FAP	8.806	547	-	684	10.037
1.5. INSS autônomos	12.553	(12.553)	-	-	-
1.6. Tributárias	33.752	(591)	-	263	33.424
2. Trabalhista	39.456	29.033	(10.427)	3.431	61.493
3. Cíveis	52.888	35.496	(19.496)	4.121	73.009
5. Outros depósitos	195.802	51.932	(29.923)	12.072	229.883

Os depósitos judiciais são compostos da seguinte forma:
31 de dezembro de 2015
1. Fiscais
1.1. ISS - Município de São Paulo
1.2. ISS - Município de Campinas
1.3. ISS - Município de Santo André
1.6. Tributárias
2. Trabalhista
3. Cíveis
5. Outros depósitos
31 de dezembro de 2016
1. Fiscais
1.1. ISS - Município de São Paulo
1.2. ISS - Município de Campinas
1.3. ISS - Município de Santo André
1.6. Tributárias
2. Trabalhista
3. Cíveis
5. Outros depósitos
As provisões para ações judiciais de natureza:
1. Fiscais
1.1 A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. questiona judicialmente a incidência do ISS (Município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgado procedente a ação. Diante do acordado que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes. Aguarda-se julgamento.
1.2 A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. questiona judicialmente a tributação do ISS no Município de Campinas sobre a atividade desenvolvida nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.2.3 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.
1.3 A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. questiona judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.
1.4 A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT determinando-se à Autoridade Coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.
1.5 A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. questiona judicialmente a não incidência das contribuições previdenciárias previstas no inciso III, artigo 22 da Lei nº 8.212/1991 sobre os valores pagos aos profissionais autônomos da área de saúde credenciados (contribuintes individuais) que prestam serviços ao segurado contratante. Em 31 de março para a controlada Notre Dame Intermédica efetuou a reversão de R\$12.553 de acordo com a mudança de prognóstico dos nossos advogados.
1.6 Referem-se basicamente à auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, baseado na premissa de suposta existência de vínculo de natureza de prestação de serviços em nome de pessoas jurídicas.
2. Trabalhistas
A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. é parte reclamada em certas ações de natureza trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.
3. Cíveis
A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. é parte reclamada em certas ações de natureza cível, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.
4. Depósitos judiciais do SUS
A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a título de "Resarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. A controlada Notre Dame Intermédica não atribuiu prognóstico de risco por se tratar de garantia de efetivação da tutela jurisdicional.
5. Outros depósitos
A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possui demandas as quais precedem de depósitos judiciais para garantia da efetivação da tutela jurisdicional, motivo pelo qual não atribuiu prognóstico de risco.
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as controladas apresentam outras ações de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias no montante total reclamado de R\$ 336.071 (R\$ 241.078 em 31 de dezembro de 2015), que de acordo com consultores jurídicos da Companhia apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 1.213.080 totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.213.080.353 ações ordinárias nominativas na controladora, sem valor nominal.
b) Reserva de capital
Conforme Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada em 31 de março de 2015, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Notre Dame, com o acervo líquido de R\$ 216.211 com data-base em 28 de fevereiro. O montante de R\$ 2.396 refere-se ao resultado apurado na Notre Dame, entre a data-base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação em 31 de março de 2015.
Conforme Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada em 31 de março de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Interodonto, Santamália, Hospital Montemagno e Hospital Bosque da Saúde, com o acervo líquido de R\$197.763 com data-base em 29 de fevereiro de 2016. O montante de R\$ 14.347 refere-se ao resultado apurado nas empresas incorporadas, entre a data-base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação em 31 de março de 2016.
c) Reservas de lucros
Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futuros investimentos.
(i) Reserva legal - constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.
(ii) Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Assembléia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, após a dedução de prejuízos acumulados e destinação de reserva legal, a atribuição à reserva (retenção de lucros) para futuros aumento de capital, futuros abatimentos de prejuízos ou a distribuição complementar de dividendos.
d) Ajustes de exercícios anteriores
Em 31 de dezembro de 2016 a Operadora ajustou a débito o montante de R\$ 1.219, conforme abaixo:
(i) Correção dos impostos diferidos sobre contingências a débito no montante de R\$ 5.889.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

(ii) Baixa de impostos diferidos sobre reavaliação, no montante de R\$ 3.637.
 (iii) Contingências referente a 2014 no montante de R\$ 1.033.

e) **Destinação do lucro**
 O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração não tem a intenção de distribuição de dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP).

21. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Eventos conhecidos ou avisados
 Depreciação e amortização
 (-) Recuperação de eventos indenizáveis
 Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

22. OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Exames
 Perdas com créditos incobráveis (i)
 Impairment
 Outras despesas operacionais

(i) O montante refere-se à reversão de provisão para devedores duvidosos que foram avaliados pela administração com sem expectativa de recebimento e baixa para perda.

23. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Remuneração - pessoal próprio
 Apropriação despesa de agenciamento diferido
 Comissões

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Pessoal
 Serviços de terceiros
 Localização e funcionamento
 Tributos
 Provisão (reversão) para contingências
 Publicidade e propaganda
 Depreciação e amortização
 Taxas, emolumentos, multas e juros
 Perda (recuperação) com créditos
 Provisão para reestruturação
 Outras

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas com aplicações financeiras (*)
 Juros recebidos
 Variação monetária ativa
 Atualizações monetária de depósitos judiciais
 Receitas com variação cambial
 Ajuste a valor presente
 Descontos obtidos
 Outras receitas

Juros financeiros debêntures (nota 32)
 Custos financeiros debêntures (nota 32)
 Comissionamento debêntures (nota 32)
 Variação monetária passiva
 Despesas com variação cambial
 Multas e juros
 Tarifas bancárias
 Descontos concedidos
 Ajuste a valor mercado
 Juros sobre financiamentos e leasing
 Ajuste a valor presente
 Outras despesas

Resultado financeiro líquido

(*) Rendimentos relacionado às reservas obrigatórias junto à ANS no valor de R\$ 32.629 (R\$ 15.060 em 31 de dezembro de 2015).

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	Consolidado		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda	322.390	322.390	277.457	277.457
Adições (exclusões) permanentes - controladas	83.702	83.702	33.047	33.047
Adições (exclusões) - amortização ágio	(233.373)	(233.373)	(217.103)	(217.103)
Adições (exclusões) temporárias - controladora	(39.567)	(39.567)	18.761	18.761
Ajuste - lucro presumido	10.930	10.930	40.421	40.421
Ajuste - lucro presumido	1.362	1.742	(295)	174
Lucro tributável	145.444	145.624	152.288	152.757
Compensação Prejuízo Fiscal	(1.950)	(1.950)	-	-
Lucro real após compensação de prejuízo	143.494	143.874	152.288	152.757
Tributos antes das deduções	(35.762)	(12.936)	(27.409)	(10.695)
Incentivos fiscais	210	-	1.379	-
Impostos correntes	(35.552)	(12.936)	(26.030)	(10.695)
Constituição de renda e contribuição social decorrente	(61.160)	(18.690)	(57.597)	(22.054)
Total	(96.712)	(31.626)	(83.627)	(32.749)

A Companhia em 31 de dezembro de 2016 possuía prejuízo fiscal no montante de R\$ 82.679 (R\$ 71.744 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia não constitui o registro contábil deste prejuízo uma vez que não tem expectativa de realização.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e empresas controladas não possuem posições ativas ou passivas decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

28. PARTES RELACIONADAS

A Administração mantém operações como partes relacionadas com as suas controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Family Hospital S.S. Ltda., Acqua Blue Transportes e Águas Ltda.-EPP e Acqua Magma Lavanderia Ltda.-EPP, suas controladoras ALKES II - FIP e BCBH Participações S.A. e seus administradores, conselheiros e demais membros do conselho-chave da Administração e seus familiares, conforme as informações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas emitido pelo Comitê de Normas de Contábeis.
 As transações com as empresas relacionadas foram realizadas em condições de mercado e relação a preços, prazos e taxas contratadas.
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia mantém R\$ 118 em créditos a receber proveniente de mútuo com a BCBH Participações S.A. em condições normais em relação ao mercado.

Em 22 de março de 2014 a Bain Capital (empresa incorporada pelas Operadoras Intermédica, Interodonto e Notre Dame Intermédica) em novembro de 2014 celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os vendedores das Holdings PSBB2 e PSBB3 (Notre Dame Intermédica incorporadas pela Bain Capital em setembro de 2014) e suas controladas Intermédica, Interodonto e Notre Dame Seguradora. Conforme previsto no contrato os vendedores comprometeram indenizar a adquirente BCBH em indenizar pelas contingências sofridas e desembolsadas.

A Operação do grupo esta centralizada na Operadora onde ocorre as indenizações as partes reclamadas. A Operadora firma contrato de Instrumento particular de repasse de indenização com a BCBH, comprometendo-se em indenizar a Notre Dame Intermédica pelos desembolsos ocorridos. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros créditos a receber de longo prazo" em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 75.542 em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Operadora detém transação com a BCBH no montante de R\$14.075, reclassificado da rubrica "Bens e títulos a receber para a rubrica "Outros créditos a receber de longo prazo" não ativo não circulante. (R\$14.075 em 2015, registrado na rubrica "Bens e títulos a receber). Esta transação refere-se a ressarcimentos de despesas ocorridas no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças entre os vendedores da Holdings PSBB2 e PSBB3 (empresas incorporadas pela Bain Capital em setembro de 2014) e a BCBH.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possui montante de R\$ 14.075 a receber da BCBH Participações S.A..

A DIRETORIA**CONTADOR: Josué Laurentino da Silva - RAC 1SP 256620/O-0****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **BCBF Participações S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCBF Participações S.A. ("Companhia"), (a "Companhia"), de acordo com controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, e os seus patrimônios líquidos e financeiros da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado e as posições operacionais e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases**Reapresentação de valores correspondentes**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2(c), as informações correspondentes ao balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstração do fluxo de caixa e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriores divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, pelas razões mencionadas na Nota Explicativa nº 2 (c) e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos opinião formal de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos opinião formal de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A remuneração dos principais administradores das controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, é composta exclusivamente de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 19.223 (R\$ 13.670 em 2015). As controladas não possuem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações do seu capital social.

29. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

As controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos, Tipos de Lock-out)	Queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de Aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vandalismo, impacto de veículos até fumaça, desmontamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional), roubo de medicamentos.	837.984 30.000 + apólice de excesso de 30.000
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques		12.000 100% Tabela FIPE por veículo Variável conforme faixa salarial e limite máximo
D&O Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros Responsabilidade civil operações	
Frota de Veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis	
Funcionários	Seguro de vida em grupo	
As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.		

30. DEBÊNTURES A PAGAR

Modalidade

Debêntures	Vencimento	Encargos médios	2016	2015
Debêntures	2020	CDI + 2,75% a.a.	400.000	400.000
Debêntures	2021	CDI + 3,45% a.a.	300.000	300.000

A Companhia captou em 22 de abril de 2014, o montante de R\$ 400.000, através de emissão de 400 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, emitidas em 5 de maio de 2014, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro. O prazo total da emissão é de 6 anos, sendo 2 anos de carência e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 2,75% ao ano.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão nos meses de maio e novembro sendo o primeiro pagamento devido em 5 de novembro de 2014, e o último na data de vencimento em 5 de maio de 2020.

A Companhia desembolsou com recursos próprios R\$ 6.503 a título de custos de transação em favor das instituições financeiras. Os custos de transação inicialmente foram reconhecidos na rubrica "Debêntures a pagar", redutora do passivo circulante e não circulante e estão sendo amortizados de acordo com o prazo do contrato. Em 31 de dezembro de 2016, o valor amortizado é de R\$ 1.069 (R\$ 927 em 2015).

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (controlada) captou em 9 de novembro de 2015, o montante de R\$ 300.000, através de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro. O prazo total da emissão é de 6 anos contados da data de emissão, sendo pagamentos semestrais a partir do 12º mês a contar da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 9 de novembro de 2016, e o último na data de vencimento em 9 de novembro de 2021. O custo de captação total foi de R\$ 5.362. Em 31 de dezembro de 2016, o valor amortizado referente ao custo de captação na controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. é de R\$ 894 (R\$ 125 em 2015). Em 2016, incorreu custo de estruturação no montante de R\$ 2.177, reconhecido na rubrica de "Custas financeiras debêntures".
 A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Controlada	Consolidado	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31/12/2014	402.823	-	402.823	7.546	395.277
Captação em 9/11/2015	-	300.000	300.000	-	-
Juros Creditados em 2015 (nota 25)	62.521	7.409	69.930	-	-
Custo de transação	-	(5.362)	(5.362)	-	-
Apropriação do comissionamento (nota 25)	-	50	50	-	-
Apropriação dos custos de captação (nota 25)	(61.148)	125	(61.148)	-	-
Saldo em 31/12/2015	405.267	302.222	707.489	72.528	634.961
Juros Creditados em 2016 (nota 25)	62.793	50.923	113.716	-	-
Apropriação dos custos de captação (nota 25)	1.069	894	1.963	-	-
Apropriação do comissionamento (nota 25)	-	363	363	-	-
Amortização principal	(28.000)	(27.270)	(55.270)	-	-
Pagamento de custos com reestruturação	-	(2.177)	(2.177)	-	-
Juros pagos	(63.935)	(51.923)	(115.858)	-	-
Saldo em 31/12/2016	377.194	273.032	650.226	111.480	538.746

A composição do valor principal do contrato por vencimento a ser realizado, é como segue:

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	31 de dezembro de 2016
EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado a cada três meses.						98.540
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não contrataram-se adimplentes com "Covenants".						114.540
						126.540
						250.540
						54.570
						644.730

As debêntures possuem "Covenants" financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado a cada três meses.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não contrataram-se adimplentes com "Covenants".

Garantias

A Companhia ofereceu garantias para as debêntures por meio de alienação fiduciária de 100% das quotas/ações das empresas: Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Notre Dame Seguradora S.A. (incorporada na Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 31 de março de 2015) e Interodonto Sistema Odontológico Ltda. (incorporada na Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 31 de março de 2016) conforme item III cláusula 2 do instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

Resgate antecipado

Resgate Antecipado Facultativo: sujeito ao cumprimento das condições e provisões estabelecidas abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Integralização e mediante aviso prévio enviado aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Banco Liquidante, à CETIP e ao Escritor Mandatário, nos termos desta Escritura de Emissão, com 10 dias úteis de antecedência da data do evento, realizar o resgate antecipado ("Resgate antecipado") da totalidade ou de parte do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das debêntures em circulação (o valor de tal resgate doravante denominado "Valor de Resgate"), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada "pro rata temporis" desde a data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o resgate antecipado, acrescido de prêmio incidente sobre o saldo do valor Nominal Unitário das debêntures resgatadas ("Prêmio pelo Resgate Antecipado").

Vencimento antecipado

O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes dessa Escritura de Emissão de Debêntures e exigir o imediato pagamento pela emissora do saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada "pro rata temporis", desde a data de emissão ou a data de vencimento do último período de capitalização, ou seja, a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência, entre outras, das seguintes hipóteses:

a) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e/ou de sua(s) controladora(s), inclusive Imissão Pública de Ações), se os atuais acionistas não mantiverem e controle de uma emissora, por meio de participação societária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 35% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente, os atuais acionistas deixarem de exercer o direito de administração.

b) Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, os quais, caso não sejam cumpridos, podem acarretar a liquidação antecipada. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas cumpriram com os limites requeridos.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES**Operação "boca livre"**

Em 28 de junho de 2016, a Notre Dame Intermédica recebeu autoridades policiais em sua sede para coleta de documentos e informações relacionados ao Grupo Bellini, alvo de uma investigação por um suposto esquema de uso indevido de recursos destinados a projetos culturais aprovados com base na "Lei Rouanet".

O referido Grupo se apresentava como a maior empresa do segmento cultural brasileiro, com centenas de projetos aprovados junto ao Ministério da Cultura, tendo executado apenas um evento para a Notre Dame Intermédica em 2015.

Durante o curso das investigações, a Notre Dame Intermédica compareceu voluntariamente junto às autoridades para colaboração e esclarecimentos. Em fevereiro de 2017, foi encaminhado ao Ministério Público um relatório solicitando a abertura de processo judicial contra algumas entidades e executivos de empresas, sendo citada apenas um executivo do GNDI, porém isentando integralmente o Grupo Notre Dame Intermédica.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 23 de fevereiro de 2017 a Notre Dame Intermédica celebrou contrato de compra de dois hospitais, sendo eles o Hospital São Bernardo e o Hospital Baeta Neves. O Hospital São Bernardo é um hospital-geral com pronto-socorro, e o Baeta Neves é um hospital pediátrico com pronto-socorro, ambos localizados na cidade de São Bernardo. A Notre Dame Intermédica aguarda a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

b) Conforme mencionado na nota explicativa 10.c, a Companhia efetuou adiantamento de R\$ 10.000 para aquisição das quotas e imóveis e outras avenças das empresas Ibrage locação e arrendamento de Imóveis e Tijuca - Serviços de Assistência Médica - Cirúrgica Infantil Ltda. (Hospital SAMCI), a aquisição do Hospital SAMCI é o primeiro hospital do Grupo Notre Dame na capital carioca localizado no Bairro da Tijuca, possuindo capacidade para 80 leitos, sendo, 17 em UTI pediátrico oferecendo, internação clínica e cirúrgica, além de possuir ambulatório e Pronto Atendimento 24 horas, consultas eletivas em diversas especialidades, exames e serviços de suporte diagnóstico. Em 10 de março de 2017 a Companhia concluiu a transação, assumindo o controle das empresas.

c) Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 02 de janeiro de 2017 foi aprovado o Protocolo de Incorporação e justificação celebrado entre as empresas Family Hospital Ltda. (a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., parentes com o mesmo Grupo Notre Dame Intermédica. O objetivo da incorporação é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado com base nos livros contábeis com data-base em 30 de novembro de 2016 foi emitido em 02 de janeiro de 2017 por empresa independente.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que os fraudes podem envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes na auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela